

# **Cruzadas antigênero: uma descrição das políticas anti-trans nos discursos conservadores contemporâneos**

**Keo Silva<sup>1</sup>**

**Carmen Rial<sup>2</sup>**

**Universidade Federal de Santa Catarina**

**Resumo:** Esse artigo tem como objetivo analisar o discurso conservador em relação as cruzadas antigênero. Partimos da concepção de que esse é um fenômeno global com especificidades locais que coloca em disputa conceitos como ordem de gênero e governabilidades. As tensões criadas nas disputas ideológicas antigênero, apresentam pautas anti-trans como um dos discursos principais. Através de uma historiografia densa e de reportagens publicadas em jornais, descrevemos o contexto político atual na proposta de apresentar a construção de um imaginário social e político contemporâneo em que a linguagem, corpo, gênero e sexualidade são categorias em disputa.

**Palavras-chave:** gênero; pessoas trans; cruzadas antigênero; avanços conservadores.

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha de Sociologia e História da Educação. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>2</sup> Jornalista e antropóloga, tem doutorado em Antropologie et Sociologie pela Université de Paris V (1992). Professora Titular do Departamento de Antropologia da UFSC (1982). Atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas.

## **Anti-gender crusades: a description to anti-trans politics on the current conservative discourses**

**Abstract:** This article aims to analyze the conservative discourse about the anti-gender crusades. We start from the idea that this is a global phenomenon with local specificities that puts concepts such as gender order and governance in dispute. Tensions created in anti-gender ideological disputes present anti-trans agendas as one of the main issues. Through a dense historiography and reports published in newspaper, we did the description of the current political context to present the construction of a social and the political imaginary in which language, body, gender and sexuality are categories in dispute.

**Keywords:** gender; trans people; gender crusades; conservative advances.

## **Cruzadas antigênero: uma descrição de las políticas anti-trans nos discursos conservadores contemporâneos**

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar el discurso conservador en relación con las cruzadas antigênero. Partimos de la idea que se trata de un fenómeno global con especificidades locales que ponen en disputa conceptos como el orden de género y la gobernabilidad. Las tensiones creadas en las disputas ideológicas antigênero presentan las agendas antitrans como uno de los principales discursos. A través de una densa historiografía y reportajes publicados en periódicos, describimos el contexto actual para presentar la construcción de un imaginario social y político contemporáneo en el lenguaje, el cuerpo, el género e la sexualidad son categorías en disputa.

**Palabras-clave:** género; personas trans; cruzadas antigênero; avanços conservadores.

**N**os últimos anos, o cenário político brasileiro vem sendo território de uma disputa ideológica que não ocorre somente em âmbito nacional, mas tem se expressado também de modo global (RIAL, 2019). O conservadorismo tem ganhado terreno sobre os campos políticos e culturais, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, Europa e Estados Unidos. Um dos principais pilares em que se sustentam os discursos conservadores é o combate à pejorativamente chamada “ideologia de gênero”. Esse discurso atinge principalmente o campo da educação e da cultura, que sofrem o impacto de medidas que se opõem às discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade.

Essa disputa ocorre na esfera pública há mais de uma década, e pode ser chamada de cruzadas de antigênero (PRADO e CORREA, 2017), do mesmo modo pode ser compreendida enquanto um fenômeno que envolve um embate de sentidos sobre a categoria gênero. As suas principais pautas são disputas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos e a tutela das crianças. Podemos dizer que a dinâmica dessa disputa está em torno de dimensões como entendemos corpo, gênero, sexualidade e desejo na nossa sociedade (CESAR e DUARTE, 2017). A maneira como essa disputa tem se desenvolvido ultrapassa diversas esferas da vida social e o pânico moral (RUBIN, 1984) apresenta-se como uma das principais estratégias dos grupos conservadores.

Para a antropóloga Gayle Rubin (1984: 36), pânicos morais são o “momento político do sexo, em que atitudes difusas são canalizadas em ação política e a partir disso em mudança social”. Ainda para essa autora, essa estratégia política vincula-se a uma determinada população e a mídia torna-se o principal espaço de proliferação de discursos inflamados que, ao mesmo tempo, coloca em evidência seu alvo de ataque e também impulsiona mudanças nas leis e regulações. Dessa forma, não só a população alvo é atingida, mas toda a sociedade acaba atingida pelas mudanças na ordem social. No escopo do pânico moral, está a criminalização e a moralização da homossexualidade, da transexualidade, da prostituição e de qualquer outra conduta considerada “desviante” sempre colocadas como ameaça à família heterossexual, as crianças, as mulheres, a segurança. Em suma, o pânico moral é utilizado para criar um discurso moralizante em relação à determinada população.

Como forma de comentar sobre as estratégias políticas dos conservadores dentro desse embate político cultural contemporâneo, usamos a historiografia densa (BACHETTA, 2021) para desenvolver uma narrativa crítica a “história oficial”. Nos situarmos e posicionarmos dentro desse cenário político.

Estar atento a essa economia de trocas entre essas dimensões do trabalho é ainda estar aberto às sugestões que essas atividades podem influir. Pois, trata-se de pensar a etnografia como o relato de uma experiência conflituosa de um observador, condição para o entendimento do que foi observado. (SILVA, 2009: 186)

Desse modo, acreditamos ser necessário breve panorama para contextualizar a emergência dos debates sobre as cruzadas antigênero como exercício do pensamento como não normatividade (BUTLER, 2015). De acordo com Géssica Guimarães (2020), as cruzadas antigênero começam a emergir no cenário político mundial na década de 1990 e ganham corpo depois da conferência da ONU em Pequim em 1994, onde o termo gênero quase não foi utilizado nos documentos oficiais e a categoria passa a ser questionada pela Igreja Católica.

No contexto brasileiro, os discursos mais conservadores sobre o tema, ganharam voz com a emergência política de grupos de evangélicos neopentecostais que ao longo das duas últimas décadas ganharam espaço no cenário político do país. Se compararmos esse breve análise com outras pesquisas realizadas em outro períodos, como a pesquisa realizada por Gayle Rubin (1984) percebemos similaridades entre os discursos conservadores daquela época e os discursos contemporâneos. Destacamos a estreita relação entre religião e política, que na década de 1980 e 1990 tinha forte influência nas decisões política e de gênero, como vemos no exemplo mencionado acima. Mas que após os 2000, perde força para o avanço de perspectivas religiosas neopentecostais.

Além do pânico moral, o antropólogo Rogério Junqueira (2018), observa como os dispositivos retóricos são utilizados como estratégia conservadora. Podemos entender esse conceito como discursos hiper-sensacionalistas com entoação pejorativas às pautas de gênero e sexualidade, que vem tomando espaço nos meios de comunicação, desorientando a população e reforçando a falta de informação para e sobre as populações mais vulnerabilizadas.

O exemplo mais popularizado dessa estratégia girou em torno do “kit-gay” desde 2014. Sabe-se que o que ficou conhecido como kit-gay, era na verdade um material de combate a LGBTfobia nas escolas, esse material foi vetado e não foi distribuído nas instituições de ensino. No entanto, criaram-se discursos e informações difusas em relação a questão, o que acabou prejudicando o enfrentamento a violência nas escolas, e servindo de estopim para as campanhas conservadoras.

Podemos observar como a educação e a mídia são territórios onde essa disputa se consolida. Assim, o *mediascape* (RIAL, 2005) nos ajuda como ferramenta para observarmos algumas manifestações antigênero e anti-trans que emergem no cenário político atual, e nos fornece elementos para podermos entender quais elementos estão em questão no imaginário social que constitui essa disputa. Quando estamos nos referindo a imaginário nos referimos a: “paisagens criadas pelos fluxos midiáticos, inferiores e exteriores ao sujeito” (APPADURAI, 1990 *apud* RIAL, 2005: 127). Por isso, algumas notícias publicadas em jornal são usadas como ferramenta para demonstrar a construção dessas disputas e Alguns posts publicados na plataforma *instagram* também são utilizados como dados etnográficos para a construção desse artigo.

Trabalhos como o da antropóloga Letícia Cesarino (2022) mostram como nos momentos de crise como a que vivemos atualmente em relação a escalada mundial do conservadorismo, fazem da mídia um espaço complexo de análise e um instrumento de difusão de informações que nem sempre correspondem ao real, mas que acabam criando um discurso o qual essa autora chama de pós-verdade.

as novas mídias não apenas difundem as gramáticas conspiratórias em narrativas abstratas. Suas próprias *affordances* as tornaram palpáveis e reais. Na campanha bolsorista de 2018, por exemplo, áudios de Whatsapp materializavam a oferta de acesso exclusivo, e em tempo real, aos bastidores de um mundo ocultado pelas elites. (CESARINO, 2022: 244)

Nesses termos, podemos entender a internet e a imensidão de possibilidades que esse espaço nos permite, como um espaço possível para a construção de narrativas conservadoras e difusão de informações falsas. Do “kit gay” às censuras no campo da cultura como o *queer museum* e o Evangelho segundo Jesus a Rainha do Céu, exposição de arte sobre gênero e sexualidade que foi fechada por ameaças conservadoras em 2018 e a peça de teatro interpretada por uma travesti censurada pelos conservadores no mesmo ano. Ainda tivemos ações mais extremistas como a criação de um projeto de lei que tenta definir que o gênero no Brasil seja determinado pelo sexo biológico. Além de um forte discurso em defesa da família cisheterossexual e forte oposição aos discursos feministas, os discursos conservadores defendem também um perspectiva de gênero hiperbiologizada, colocando-se em oposição a pessoas trans.

Como já foi dito, as proporções dessa cruzada antigênero são globais, e os sentidos que estão em disputa são muitos. A disputa pela tutela das crianças, principalmente no campo da educação parece ganhar os holofotes. Frases como as mencionadas pela ex-ministra da família no Brasil Damares Alves: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” e movimentos como *Don't say Gay* nos Estados Unidos, a *Rede de Padres Responsables* no Uruguai e o Escola sem Partido, no Brasil, visam controlar os conteúdos sobre gênero e sexualidade nas escolas, com um viés de censura e tom conservador.

Na França, por exemplo, a disputa pelo conceito de família é o que caracteriza as divergências políticas entre conservadores e progressistas, como o caso de manifestações contrárias ao casamento LGBTI+, conhecido como o movimento *Manif pour tous* (AMORIM, 2019). Da mesma forma que também temos as disputas entre os “bons homos” e as pessoas *queer* (BOURCIER, 2021) em um embate entre os discursos de reconhecimento assimilacionistas e discursos de resistência.

Se olharmos essa questão a partir do conceito de ordem de gênero (CONNELL, 2016) percebemos que as dimensões que estão em disputa, correspondem a sentidos diferentes de como os conservadores e progressistas entendem o que é o gênero e sexualidade e como esses conceitos serão/são aplicados de forma variada em determinadas governabilidades. Podemos analisar esse fenômeno a partir do que Paola Bachetta (2020) chama de *mysoginarchy*:

Misogynarchy ao mesmo tempo mobilizam questões de âmbito econômico, social, epistêmico, cultural, simbólico. Ela é uma relação co-componente e co-constituente de outras relações de poder como conceito amplo. (BACHETTA, JIVRAJ e BAHKSHI 2020: 9, tradução nossa)

Esse conceito nos ajuda a entender que quando a ordem de gênero de um país, está em disputa muitas relações de poder estão em jogo, e essas relações estão entrelaçadas entre si. Conceitos como família e a tutela das crianças, parecem ser as principais categorias em disputa, pois são co-constituintes da principal instituição social da sociedade liberal, a família mononuclear heterossexual. Mas atualmente podemos perceber que temáticas que dizem respeito ao reconhecimento da identidade de gênero e sexualidade também estão inclusas entre os temas disputados nesse embate político contemporâneo.

Além desses três tópicos como principais agendas conservadoras, outro tema nos chama a atenção nessa cruzada antigênero: contemporaneamente percebemos que a linguagem também se torna um campo em disputa. Nossa primeira impressão a respeito do tema surgiu a partir do debate que se criou em relação a

proibição do Pajubá na prova do ENEM<sup>3</sup> em 2018. Em outros contextos de conservadorismo, como no período da ditadura militar no Brasil, o Pajubá foi uma forma de resistência da comunidade trans e LGBcis da época. E acabou sendo incorporado à comunidade LGBTI+ no Brasil.

Na questão que caiu no ENEM, o que se perguntava era quais os critérios para reconhecer como língua um dialeto. Por si só, a questão já elabora um diálogo tenso com a linguagem normativa, o que apenas foi um estopim para incomodar os conservadores, que se posicionaram contra o uso de linguagens relacionadas a pessoas “homossexuais” no Exame Nacional do Ensino Médio.

Afinal, como afirma Sofia Favero “o Pajubá detém a função de incomodar, de colocar as sobranças em questionamento, de produzir um desajuste no texto” (FAVERO, 2020: 52). Desse modo, o Pajubá enquanto dialeto está em oposição às normatividades linguísticas, ele é uma língua em movimento. Ainda como afirma Favero: “O dialeto, extrapola o meio de lidar com os rechaços ou brutalizações, tendo em vista que é também uma forma de valorizar as diferenças” (*idem*: 53). Desse modo, o Pajubá ganha forma de uma epistemologia ou cosmologia travesti, que desobedece e incomoda o conservadorismo e a cisnormatividade epistêmica.

Uma das questões que tem ganhado notoriedade na mídia tem sido o debate em torno do uso da linguagem neutra. Uma das reivindicações da comunidade trans em termos de reconhecimento e alvo das políticas antigênero conservadoras. Partimos da perspectiva de que a linguagem é um campo de batalha (VERGUEIRO, 2014). E essa questão parece torna-se uma agenda em comum dos discursos conservadores em diversos países.

Podemos perceber de maneira mais nítida essa questão a partir da notícia publicada pela BBC News em julho de 2022<sup>4</sup>. A reportagem mostra como a linguagem neutra passa a ser alvo de disputa e proibição em alguns países, como Argentina, onde na capital Buenos Aires foi proibido através de uma resolução o uso da linguagem neutra no ensino básico no ano de 2022. Também em janeiro do mesmo ano, o Uruguai proibiu o uso da linguagem neutra nas escolas, no Brasil isso é uma questão em disputa, onde desde 2020 corre na câmara dos deputados um projeto de lei que visa proibir o uso da linguagem inclusiva nos materiais didáticos. E também na França, os conservadores se posicionam contrários ao uso da linguagem neutra. Esse exemplo nos mostra como a tensão em torno da linguagem neutra é um pauta conservadora comum em diversos países. De modo breve podemos dizer que essa é uma das principais perspectivas anti-trans nas agendas conservadoras mundiais hoje em dia.

Ainda, na reportagem publicada pela BBC News, percebemos que há um discurso comum anti-linguagem neutra, e um de seus principais argumentos sustenta-se na defesa da linguagem formal (inglês, francês, espanhol, português). A existência de movimentos conservadores como esse, coloca em risco projetos educacionais emancipatórios e para a diversidade. Na medida em que esses projetos defendem que não se deve discutir temas como gênero e sexualidade na escola, ampliam desigualdades, silenciamentos, exclusões, muito comuns no cenário educacional brasileiro. Isso é muito grave para a população LGBTI+, cuja presença aos espaços de ensino formal muitas vezes é permeada por situações constrangedoras, de desrespeito e que não raro levam à evasão escolar.

<sup>3</sup> Exame Nacional do ensino médio. Prova que avalia o nível dos estudantes do ensino médio em âmbito nacional e possibilita a ingresso de milhares de alunos nas universidades públicas federais do país.

<sup>4</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62025281>

Sabe-se que a questão da evasão/expulsão escolar de pessoas trans (BENTO, 2011) é uma realidade eminente, e debater questões como gênero e sexualidade nas escolas pode ser um caminho importante para transformar essa realidade, no sentido de combater as violências sistêmicas a qual uma pessoa trans ou LGBCis está sujeita nos espaços de ensino. Do mesmo modo, que reconhecer e incluir o uso da linguagem neutra, e uma comunicação de acordo com a identidade de gênero da pessoa, são fundamentais para evitar o processo de evasão/expulsão escolar.

No entanto, um discurso contrário é defendido no projeto de lei 5248/20 que proíbe o uso da “linguagem neutra” na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas no ensino da língua portuguesa no ensino básico e superior.

A linguagem neutra é utilizada como uma forma de promover inclusão de pessoas trans e não binárias. A impossibilidade de utilizar essa ferramenta nos materiais didáticos e na grade curricular, diz sobre a falta de reconhecimento de determinado sujeito/a naquele espaço. Usar a linguagem neutra funcionaria muito mais como aspecto de inclusão e diversidade do que como forma de “corromper” a linguagem formal. No entanto, a ala conservadora coloca-se abertamente contra sua prática.

Segundo a notícia publicada no Jornal A Folha de São Paulo em abril de 2023<sup>5</sup>, são 21 projetos de lei na câmara dos deputados em diversos estados do país que tem como ímpeto vetar o uso da linguagem neutra. A informação postada nas redes sociais da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), mostra que foram mais de 69 projetos de lei, só no ano de 2023, com pautas anti-trans, incluindo os contrários ao uso da linguagem neutra nos materiais didáticos e documentos escolares.



Figura 1 – Print da página do instagram da ANTRA

SILVA, Keo; RIAL, Carmen.  
Cruzadas anti-gênero: uma descrição das políticas anti-trans...

<sup>5</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>

E não é só na escola que percebemos o pânico moral e discursos conservadores contra as questões de gênero e sexualidade dissidentes. No Brasil, em 2021, esteve em votação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo outro projeto de lei, PL 504/2020<sup>6</sup>, com a proposta de proibição de conteúdos de mídia que fizessem alusão às questões de diversidade de gênero e sexualidade. De acordo com a ementa do projeto de lei: “Proíbe a publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no Estado”.

Esse projeto de lei propunha a proibição de propagandas que tivessem pessoas LGBTI+ ou que fizesse menção a qualquer temática relacionada à diversidade no território do estado de São Paulo. Entendemos o posicionamento do projeto de lei como uma manifestação LGBTfóbica que atribui um sentido pejorativo a pessoas LGBTI+, entendemos também que a proibição de propagandas com pessoas LGBTI+ atribui um sentido de “má influência” a essas pessoas. Sentido esse carregado de preconceito. E mais do que isso, um exemplo concreto de como a LGBTfobia é agenciada como um dispositivo de governabilidade. Esse posicionamento também foi manifestado por outros grupos que expressaram sua insatisfação e desacordo a existência de um projeto de lei como esse.

O que interessa mostrar com essas manifestações conservadoras são as múltiplas facetas em que a linguagem, em seus mais variados aspectos, protagoniza as disputas das cruzadas antigênero. Por meio dessa reflexão podemos observar como se constituem esses movimentos, quais elementos estão no centro dessa cruzada em termos socioculturais e políticos contemporaneamente e quais estratégias estão sendo usadas. Podemos observar como categorias como ordem de gênero são operacionalizadas nas disputas entre conservadores e progressistas e como se configuram as cruzadas antigênero em termos globais e locais. O aumento de projetos de lei anti-trans no Brasil e em outros países indica a emergência de discursos conservadores, e desenha uma disputa ideológica que atravessa o campo educacional e da linguagem. Podemos observar que esse rechaço anti-trans vem emergindo nos debates políticos contemporâneos há algum tempo, a seguir elaboro uma breve contextualização pontuando outros casos em que o tema incomodou conservadores.

### **Aquenda: o Pajubá na prova do ENEM – ou quando a nossa língua deixou de incomodar?**

Problematizar o debate entre conservadores e progressistas sobre a questão da linguagem por meio do debate midiático nos possibilita entender o que está em jogo no cenário sociocultural. A questão do exame nacional do ensino médio, no ano de 2018, trazia algumas palavras em Pajubá e exigia que o candidato à prova apontasse quais os critérios para que um patrimônio linguístico de determinado grupo social possa ser considerado dialeto. Esse exemplo pode nos ajudar a compreender contexto político da época e como a disputa pela linguagem tornou-se o centro do debate.

O Pajubá é uma linguagem popular resultante da mistura de várias expressões vindas de línguas africanas ocidentais e que foram incorporadas na língua portuguesa. Um dialeto muito utilizado por seguidores de religiões de matrizes

<sup>6</sup> <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000331594>

africanas e também pela comunidade LGBTI+. O Pajubá passou a ser incorporado pelas travestis durante a ditadura militar como meio de enfrentar a repressão policial, despistar a presença de pessoas indesejadas através do uso de uma linguagem não compreendida pelos repressores. Tanto para as religiões de matrizes africanas que utilizam esse dialeto quanto para a comunidade LGBTI+ o Pajubá tem o significado de “fofoca”, “novidade”, no sentido de descrever fatos ocorridos nessas realidades. Tornando-se assim um patrimônio linguístico dessas comunidades.

Em decorrência da questão do Exame Nacional do Ensino Médio, iniciou um debate via redes sociais que polarizou duas opiniões, as dos conservadores apontando que consideram indevido o uso da temática LGBTI+ para demonstrar conceitos linguísticos, e outra compondo o grupo em defesa do uso do Pajubá na prova do ENEM que considera que a inclusão desse tema dá visibilidade às minorias, segundo reportagem publicada no G1 em novembro de 2018<sup>7</sup>.

A linguagem está ligada à construção de uma identidade (HALL, 2000; GLISANT, 2021). Também está implicada com uma relação de poder e refleteas dinâmicas econômico-políticas de uma sociedade. Dessa forma, o projeto colonial previa a universalização da língua como estratégia de dominação, assim como o Estado moderno liberal prevê a criação de uma identidade nacional, desarticulando as diferentes etnias que ocupavam/ocupam os territórios colonizados.

O Pajubá pode ser pensado como uma forma de epistemologia ou cosmologia travesti, que desobedece e incomoda o conservadorismo e a cisnormatividade epistêmica em contraposição à construção de uma identidade universal, naturalizada, moldada pela norma e pela identidade do estado-nação.

A naturalização de uma identidade, em sua maioria, branca, cisgênera e sem deficiência, pode ser entendida como estratégia de dominação, definida por um tipo específico de corpo. Nesses termos podemos perceber uma relação direta entre a linguagem e a formação de uma identidade nacional. Temas que são centrais nas investigações nas ciências sociais e na antropologia (RIAL, 2019) e que estão no cerne das relações político culturais atuais.

A crítica à universalidade tem sido um exercício constante reivindicado pelos feminismos decoloniais e o pensamento subalterno (VERGER, 2020; SPIVAK, 2014; FIGUEIREDO, 2020). O que os estudos subalternos apontam, é que o saber eurocentrado se constitui sobre uma identidade hegemônica que hierarquiza as identidades através da construção de uma norma de raça, de gênero, de sexualidade, de religião, localização geográfica. Essa hierarquização desemboca em expulsar expressões que se propõem diferentes desse modelo naturalizado.

É importante compreender que a transexualidade enquanto identidade de gênero é algo que antecede o projeto colonial (VERGUEIRO, 2018). Se pegarmos o exemplo da transexualidade na Índia, podemos ver inclusive como essa categoria foi considerada patologia somente após a colonização Inglesa no século XIX, ou o próprio caso de Xica Manicongo, primeira expressão travesti registrada no Brasil ainda na época da colonização (OLIVEIRA, 2020; JESUS, 2019). O que interessa explicar aqui é como a cisnormatividade (VERGUEIRO, 2015), é acionada como uma forma de governabilidade, aplicada no campo da educação, difundida na mídia, reafirmada na naturalização das identidades construídas enquanto identidade nacional e é alicerce dos discursos conservadores.

A forma como vemos as políticas de identidade hoje refletem uma maneira de vê-las a partir das lentes coloniais, obedecendo essa hierarquia entre corpos,

<sup>7</sup> <https://g1.globo.com/educacao/enem/2018/noticia/2018/11/05/veja-resolucao-de-questao-do-enem-que-ab-ordena-status-do-pajuba-como-dialeto-secreto-dos-gays-e-travestis.ghtml>

linguagens e identidades. No entanto, há de se considerar que as identidades, nesse caso as identidades trans, antecedem esse regime político, portanto antecedem a matriz da colonização e permanecem resistindo nos regimes de colonialidade (DI PIETRO, 2020), como o que vivemos contemporaneamente. Há de se investigar a relação desse processo histórico e o apagamento epistêmico, a vulnerabilização e o extermínio dessa população.

É possível perceber que há uma assimetria entre os discursos dos sujeitos LGBTI+ e os discursos do pensamento heterossexual e cisgênero, sobretudo se destacarmos a população trans, uma das populações mais vulneráveis em termos de mortalidade na realidade brasileira<sup>8</sup>. As dificuldades de permanecer no sistema de ensino, é recorrente nessas experiências. Assim como, evidenciar a ausência de pesquisadores trans nos quadros de referências bibliográficas das pesquisas acadêmicas atuais no Brasil, também visibilizam essas hierarquias.

Dessa forma, a questão do Pajubá na prova do ENEM, dá visibilidade as produções de conhecimento e saberes da comunidade trans/travesti. Contudo, mais significativo que a visibilidade, é o reconhecimento do pajubá enquanto patrimônio linguístico de uma população marginalizada socialmente quando analisamos sua presença na prova do ENEM.

Destacamos que para além dos debates de visibilidade, que contribuem para o reconhecimento dessa população, a presença do Pajubá no ENEM desestabiliza, mesmo que pontualmente, a ordem epistêmica colonial e conservadora ao elevar à categoria de saber a produção cultural desses/as sujeitos/as. Podemos dizer então que o Pajubá travestiliza a educação (ODARA, 2020), e que esse movimento pode ser percebido como um ato de resistência ao conservadorismo e à colonialidade.

Perceber o desconforto dos conservadores com tal temática, é entender a maneira como se efetivam as estratégias conservadoras em relação às políticas anti-trans. Quais os campos em disputa. E como os discursos conservadores se constroem sobre uma ordem de gênero universalista e masculinista.

Na intenção de continuar o debate, a seguir refletimos sobre o Projeto de Lei 5248/2020, o PL contra o uso da linguagem neutra nos materiais didáticos, para entender de forma mais aprofundada a situacionalidade política e como operam os discursos anti-trans nessa cruzada política.

## **A linguagem neutra: um tema não resolvido entre os conservadores**

Até aqui percebemos como a linguagem tornou-se campo em disputa nas cruzadas antigênero e como as políticas anti-trans estão no cerne dos debates políticos atuais. Mas recente à questão do Pajubá, em 2020 foi para votação na câmara dos deputados o PL 5248/2020. Projeto de lei analisado no intuito de compreender quais os argumentos dos conservadores em relação à linguagem neutra.

O documento que propõe a proibição do uso da linguagem neutra nos materiais didáticos e documentos escolares em escolas públicas e privadas no Brasil tem como argumento inicial a defesa de que crianças e adolescentes sejam assegurados por lei ao aprendizado da forma correta da língua portuguesa. Ancorando-se em alguns documentos que legislam sobre a educação, como a diretriz curricular nacional (DCN), e o tratado internacional do acordo ortográfico em

<sup>8</sup> Segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) foram mais de 140 mortes só no ano de 2017.

língua portuguesa, defendem o ensino da língua portuguesa formal como um direito.



Figura 2 – Print do Instagram meme sobre linguagem neutra

Podemos observar que um dos argumentos centrais deste PL, pauta-se em uma suposta defesa da educação, mais adiante mostraremos como esse argumento é falho. Outro argumento defendido no projeto de lei é a oposição ao uso de pronomes neutros em documentos escolares, como em chamadas, boletins, editais para concurso, ações publicitárias e outros documentos afins, pois estes estariam em consonância às pautas de “ideologia de gênero”, de acordo com o artigo 2 do documento:

Fica vedado o uso da linguagem neutra, do “dialeto não binário” ou de qualquer outra que descaracterize o uso da norma culta na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, em documentos oficiais dos entes federados, em editais de concursos públicos, assim como em ações culturais, esportivas, sociais ou publicitárias que percebam verba pública de qualquer natureza. (trecho retirado do Projeto de Lei 5248/2020)

Como justificativa o projeto de lei diz que o uso de linguagem neutra sugere a criação de uma neolinguagem, que ao incluir outros caracteres como x, @, e, com a finalidade de excluir o plural masculino, e as marcações binárias de gênero. De acordo com o argumento defendido no projeto de lei a linguagem neutra, seria um empecilho para o ensino formal da língua portuguesa.

Para entendermos melhor a questão, destaco que o argumento conservador se fundamenta em dois pilares: um deles é a forma pejorativa a qual se refere à linguagem neutra, usando termos como “dialeto não binário” e relacionando a questão à “ideologia de gênero”, em defesa de uma norma culta da língua portuguesa, o que caracteriza uma dimensão colonial e conservadora ao mesmo tempo. Inferiorizar o Pajubá enquanto dialeto em relação à língua portuguesa é uma maneira de reafirmar a universalização da língua e a cisnormatividade enquanto uma regra cultural.

O outro pilar pode ser pensado a partir das lentes da colonialidade de gênero (LUGONES, 2008, CONNELL, 2016; DI PIETRO, 2020), pois há uma defesa intrínseca do gênero masculino, enquanto ordem de gênero e enquanto gênero universalizante. O questionamento do gênero masculino, como o universal na linguagem, é uma disputa política travada há muitos anos pelos movimentos femi-

nistas e decoloniais. Podemos entender a defesa desse discurso através do conceito de *mysoginarchies* (BACHETTA, 2020), como a reafirmação de uma ideologia que defende a universalidade, representada por uma ideologia masculinista.

Interessante observar o argumento do projeto de lei ao defenderem o uso do masculino como gênero neutro universal:

Primeiro, conforme pesquisadores da área de linguística, a utilização do gênero masculino para generalizar um grupo de pessoas não se caracteriza como uma marcação preconceituosa, pois sua gênese advém do latim *língua mãe* do português que assim também demarcava a identificação de conglomerados. [...] assevera que o gênero masculino é, em verdade, um gênero neutro, o que se identifica gramaticalmente, não por aferições ideológicas. (trechos retirados do Projeto de Lei 5248/2020)

Nos debates sobre identidade, a linguagem aparece como um campo em construção e em disputa (HALL, 2000). Nota-se que o argumento tende a relacionar o uso do gênero neutro/ não binário como uma ameaça a definição de gênero masculino como universal da língua portuguesa. Percebemos também que o texto do projeto de lei tenta justificar que usar o masculino como gênero neutro não é uma expressão preconceituosa. E tendenciosamente insinua que o uso da linguagem neutra é marcado por aferições ideológicas. Desse modo, compreendemos que a linguagem é uma construção sociocultural, e que não é determinante que o masculino seja entendido como gênero neutro universal. Ao compreendermos a relação entre linguagem e identidade, entendemos também que um projeto de lei que reitera a importância de manter o gênero masculino como universal, está defendendo um tipo específico de ordem de gênero.

Como já vimos a disputa pela linguagem aparece em debates anteriores, vide a manifestação contrária ao uso do Pajubá na prova do ENEM em 2018<sup>9</sup>. E mais recentemente, na cidade de Buenos Aires na Argentina<sup>10</sup> também ocorreu algo semelhante. Após a aprovação de uma resolução foi impedido o uso da linguagem neutra nas escolas municipais, sob os mesmos argumentos utilizados nesse projeto de lei brasileiro, de que a linguagem neutra impede o aprendizado correto do idioma formal. Esse fato nos mostra como essa pauta contra a linguagem neutra corresponde a uma agenda conservadora internacional.

Nos debates científicos a filósofa feminista Donna Haraway (2009: 9) mostra como o discurso de neutralidade científica, é em realidade um discurso que não é neutro: “nenhuma perspectiva interna é privilegiada, já que todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade”.

Nesse sentido, podemos entender que o pânico moral que se cria em relação à linguagem neutra, é uma estratégia de mobilização de relações de poder, onde argumentos como o “direito à educação formal” são utilizados, mas que o que está em jogo são mudanças significativas de como se compreende gênero e sexualidade. Aqui cabe o alerta para não confundirmos os debates conservadores contrários ao uso da linguagem neutra nos materiais didáticos e nos documentos escolares. Com os debates sobre neutralidade científica. Ainda que ambos questionem a universalidade masculina, são duas questões diferentes que há anos são paradigmas das investigações feministas e dos estudos de gênero.

O que é interessante pontuar são as relações de poder que estão envolvidas. Estratégias políticas para possíveis mudanças sociais, mais próximas de discursos

<sup>9</sup> <https://g1.globo.com/educacao/enem/2018/noticia/2018/11/05/veja-resolucao-de-questao-do-enem-que-ab-ord-a-status-do-pajuba-como-dialeto-secreto-dos-gays-e-travestis.ghtml>

<sup>10</sup> <https://www.brasilefato.com.br/2022/06/18/linguagem-inclusiva-e-proibida-nas-escolas-de-buenos-aires-no-mes-do-orgulho-lgbt>

conservadores, com isso também podemos perceber como os discursos anti-trans são peças centrais nessa disputa.

Por outro lado. Podemos dizer que a linguagem neutra tenciona e revela a norma social imposta pela universalidade e neutralidade do masculino na linguagem, assim como o Pajubá. Em contrapartida à perspectiva conservadora, perspectivas decoloniais mostram como esses conflitos ocorrem através do uso de linguagens “borradas” e fronteiriças (ANZALDUA, 1987; DI PIETRO, 2020). A linguagem neutra pode ser pensada como uma linguagem fronteiriça que questiona o binarismo e as normas masculinistas da língua portuguesa, por isso o conservadorismo se opõe a ela porque não é inteligível em relação a como eles veem o gênero. Assim, como podemos entender o Pajubá como uma expressão de uma língua fronteiriça. E ambas como crítica decolonial à linguagem normativa e conservadora.

Desse modo, cabe perceber que há uma dinâmica relacionada à ordem de gênero no cerne dessa disputa. Na perspectiva conservadora, o gênero masculino, não está desassociado de uma ideologia que é cis-heteronormativa. A proibição defendida no projeto de lei revela essa norma e reafirma a universalidade do gênero masculino na linguagem.

De uma perspectiva mais progressista, o uso de pronomes neutros nas listas de chamadas, diz sobre a inclusão de pessoas trans e não binárias nos espaços de ensino, ao mesmo tempo também desestabiliza a ordem cisnormativa masculina. E essa é a chave em análise nesse artigo.

Ainda o projeto de lei argumenta que o uso de linguagem neutra ou não binária acaba por excluir pessoas surdas e cegas que usam equipamento para transcrição (legendas, áudio e braile). No entanto, esse é um argumento falho, pois sabe-se que é possível programar esses tipos de tecnologias adaptadas para incluir linguagem neutra.

Esse é um argumento típico dos discursos neoliberais conservadores e uma estratégia colonialista, pois contrapor dois grupos subalternos, no caso pessoas trans e não-binárias e pessoas com deficiência, demonstra como o discurso conservador (não) faz políticas de identidade. Apenas desenvolve argumentos pouco complexos para pensar as múltiplas questões que permeiam o debate sobre identidades como forma de reafirmar uma ideologia de gênero específica.

A própria defesa que fazem sobre o direito à educação é um pouco confusa, pois a inclusão de pronomes não-binários e o reconhecimento à identidade de gênero é fundamental para a inclusão de pessoas trans binárias e não binárias nos espaços de ensino. Por tanto, argumentar que todo cidadão tem direitos a aprender a norma culta da língua, sem que ela inclua uma parcela da população, que são pessoas trans e não binárias, não é correspondente a lei que eles utilizam como argumento para defender a proibição da linguagem não-binária. Em curtas palavras: se um projeto de lei como esse é aprovado pessoas trans não-binárias perdem o direito ao reconhecimento de suas identidades de gênero nas instituições de ensino. E isso, sabemos, é um fator de exclusão escolar, o que as impede de exercer seu direito à educação.

## Breves considerações

Podemos perceber que as cruzadas antigênero se constroem sob o conflito causado pelo discurso conservador em defesa de uma pauta de gênero que é cis-heteronormativa, em prol da família mononuclear monogâmica e que disputa os sentidos/significados culturais impondo uma lógica masculina conservadora.

Na investigação feita sobre os projetos de lei e sobre as principais pautas que compõe os discursos e agendas conservadoras de modo global, concluímos que seus principais temas se concentram na disputa pelo conceito de família e nos últimos anos, ganha destaque o debate sobre infância. Mas corpo, gênero, sexualidade, desejo e linguagem, são categorias em constante disputa.

O campo educacional torna-se a principal arena dessa disputa e percebemos manifestações de grupos conservadores em defesa do controle de conteúdo sobre gênero e sexualidade em diversos países, a expressão mais recente é o movimento *Don't say gay* na Flórida, mas outras expressões também são notadas, como o movimento de *Padres Responsables* no Uruguai, normativas que impedem o uso da linguagem neutra na cidade de Buenos Aires na Argentina e projetos de lei que pretendem vetar o uso da linguagem neutra nos materiais didáticos e documentos escolares no Brasil. Assim, a cruzada antigênero tem suas especificidades locais, mas suas agendas são comuns em diversos aspectos, o que mostra sua amplitude global.

No esforço teórico e metodológico foi exposto como tais pautas se aproximam dos discursos sobre colonialidade e como a linguagem (enquanto conceito) e as disputas que se constroem moralmente em torno de sua definição, ganham contorno relevante nos debates políticos atuais. Não só nos documentos oficiais, mas a linguagem em disputa ganha uma amplitude em seu significado, falamos de uma linguagem cultural. Abordar essas questões também possibilita descrever mesmo que indiretamente a situacionalidade dentro dos contextos abordados aqui e compreender o contexto sociocultural a partir de uma perspectiva trans. Um lugar complexo, diante o conservadorismo que tem como alvo todas as questões que mencionem pessoas trans e LGBTI+.

Acompanhar as cruzadas antigênero através do *mediascape* nos possibilita entender melhor como o pânico moral é utilizado como estratégia política e possibilita perceber mudanças e continuidades nas agendas e pautas conservadoras. Exemplo disso, pode ser a relação estreita entre o discurso conservador e políticas governamentais anti-trans. Essa relação, problematizada através da chave da colonialidade de gênero nos ajuda a perceber como os enunciados conservadores giram sob uma noção hiperbiologizada do gênero e como as avessas de um discurso universalista sobre o direito à educação está embutido uma ideologia conservadora e masculinista. Compreender de que forma se organiza, quais as estratégias e quais as principais questões em disputa nos permite desenhar as dinâmicas globais relacionadas à gênero e sexualidade e nos possibilita observar e questionar suas configurações no cenário das disputas ideológicas no mundo contemporâneo.

A primeira questão observada sobre o uso do Pajubá no ENEM são os primeiros indícios de como se organizam e são difundidos esses discursos. Mostrar como o Pajubá incomoda os conservadores ao ser mencionado no Exame Nacional do Ensino Médio, nos faz perceber como uma linguagem que é corporificada pela comunidade LGBTI+ desestabiliza a ordem social imposta pela cisnormatividade, ao mesmo tempo também mostra que o que está em disputa nas cruzadas antigênero são os significados do que são validados pela cisnorma, como gênero no país.

Os projetos de lei analisados aqui expressam de maneiras diferentes os principais aspectos do pensamento conservador sobre gênero e sexualidade. Por isso nos permitem acompanhar os discursos que constroem a disputa pela ordem de gênero em termos globais, mas também locais. Vimos como o uso da linguagem neutra tem sido atacado pelos conservadores, observar isso comparativamente a

outros casos como na França e na Argentina dão base para perceber uma agenda política conservadora em relação às questões LGBTI+, principalmente numa agenda anti-trans.

Recebido em 31 de maio de 2023.

Aprovado em 10 de novembro de 2023.

## Referências

AMORIM, Anna C. H. Entre calçadas, pixações e parentesco: a cidade como campo de batalha em torno das lesbo/homoparentalidades e do acesso à PMA na França. *Horizontes Antropológicos*, 25 (55), 2019.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/la frontera. The new mestiza*. Traducción. Carmen valle. Madrid: Capitán Swing Libros, 2016 (1987).

BACCHETTA, Paola. “Circulações anzaldúanas na Ilha da Tartaruga e na França: alguns elementos para uma historiografia densa e uma contextualidade histórica densa. In: MARRIM, Caroline; CASTRO, Susana de (orgs.). *Estudos em decolonialidade de gênero*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021.

BACCHETTA, Paola.; JIVRAJ, Suhraiya; BAKSHI, Sandeep. Decolonial sexualities: Paola Bacchetta in conversation with Suhraiya Jivraj and Sandeep Bakshi. *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies*, 22 (4): 574-585, 2020.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, 19 (2): 548-559, 2011.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÉSAR, M. R.; DUARTE, A. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em revista*, 66: 141-155, 2017.

CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso - verdade e política na era digital*. Ubu Editora, São Paulo, 2022.

CONNEL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. Tradução Marília Moschkovich. – São Paulo: Inversos, 2016.

DI PIETRO, P. J. Ni humanos, ni animales, ni monstruos: la decolonización del cuerpo transgénero. *Eidos*, 34: 254-291. 2020.

FAVERO, Sofia. *Entre o nímio e o viperino: uma desaquengrafia. Crianças trans: infâncias possíveis*. Salvador: Devires. 2020.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Revista Tempo e Argumento*, 12 (29): e0102, 2020.

GLISSANT, Edouard. *Poética da Relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GUIMARÃES, Gêssica. Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres. *Tempo e Argumento*, 12 (29): e0107, 2020.

HALBERSTAM, Jack. *Trans\*. A Quick and Quirky Account of Gender Variability*. Oakland: University of California Press, 2018.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5: 7-41, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18 (43) 449-502, 2018.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*, 9: 73-102, 2008.

ODARA, Thiffany. *Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação*. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *Nem ao centro nem a margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. Salvador: Devires 2020.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18 (43): 444-48, 2018.

RIAL, C. Guerra de imagens, imagens da guerra. *Cadernos Pagu*, 47, 2016.

RIAL, Carmen. "Hacia dónde van las antropologías del mundo: una visión desde el World Council of Anthropological Associations" (Conferência). V *Encuentro Mexicano-Brasileño de Antropología* (V EMBRA), Ciudad de México 18 al 20 de nov. 2019.

RIAL, Carmen. "Mídia e sexualidade: breve panorama dos estudos de mídia". In: GROSSI, Miriam Pillar *et al.* (orgs.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades* Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RUBIN, Gayle. "Thinking sex: notes for a radical Theory of the Politics of sexuality". In: VANCE, Carole. *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. Boston/London: Routledge/Kegan Paul, 1984.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: Andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, 15 (32): 171-188, 2009.

SILVA, Keo. *Dos saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social*. Dissertação (mestrado), Programa De Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis, 2019.

SILVA, Keo. Governabilidades conservadoras e as questões de gênero. 33<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia. *Anais...* Curitiba: Aba. 2022

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: UBU, 2020.

VERGUEIRO, Viviane; RAMÍREZ, B. Colonialidade e cis-normatividade. Entrevista com Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios Sociales* III: 15-21, 2014.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.